
Comunidades virtuais como apêndice na luta contra-hegemônica: um estudo do caso Vila Vicentina¹

Alessandro FERNANDES²
Nicole GIFONNI³
Rayane LOPES⁴
Riverson RIOS⁵

RESUMO

O presente artigo discute, à luz de diferentes vozes, os principais conceitos do que foi convencionado a chamar de comunidade. Quais são as características e estruturação das comunidades físicas e virtuais? Qual o papel da internet e das mídias digitais na estruturação de novos espaços comunitários e na luta contra-hegemônica? Para respondermos a esses questionamentos realizamos uma pesquisa exploratória por meio de uma revisão bibliográfica e escolhemos como objeto de estudo a Vila Vicentina, uma comunidade física na cidade de Fortaleza no Ceará, que utiliza as redes sociais e a internet para amplificar sua luta contra a especulação imobiliária. Ao final deste artigo podemos concluir que as mídias digitais são ferramentas essenciais para a luta contra-hegemônica e a resistência de comunidades excluídas do processo comunicativo.

PALAVRAS-CHAVE: comunidades físicas; comunidades virtuais; mídias digitais; Vila Vicentina.

INTRODUÇÃO

A organização dos seres humanos ao longo de longos séculos é baseada nas comunidades, mesmo que elas tenham se alterado profundamente durante o desenvolvimento da sociedade, essa é a base comum por onde os seres humanos estruturam suas vidas e se comunicam entre si. As comunidades são lugares de acolhimento, partilha, pertencimento, mas também de conflito.

¹ Trabalho apresentado no IJ 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação 3º semestre do Curso de Jornalismo da UFC, e-mail: alessandro.monteirofernandes@gmail.com

³ Estudante de Graduação 3º semestre do Curso de Jornalismo da UFC, e-mail: nicolegiffoni@hotmail.com

⁴ Estudante de Graduação 3º semestre do Curso de Jornalismo da UFC, e-mail: rayanelopesmb@gmail.com

⁵ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da UFC, e-mail: riverson@ufc.br

As comunidades físicas são muito elucidativas e ilustram essas características citadas no parágrafo anterior. Para Bauman (2003), a verdadeira comunidade é distinta (o “nós” pertencente ao espaço e o “eles” fora desse lugar), pequena (a comunicação é densa e precisa alcançar a todos) e auto suficiente (as pessoas de dentro da comunidade conseguem se suprir umas às outras). Muito mais do que estar juntos, a organização em comunidade implica também partilhar éticas, vivências, lutas e demandas em comum. No entanto, algumas dessas características vêm se modificando a partir do surgimento dos meios de comunicação, especialmente da internet e das mídias digitais, que alteraram o modo de se comunicar.

Ainda no final do século XX o mundo presenciou a ascensão das tecnologias digitais. As novidades trazidas pelo período pós Segunda Guerra Mundial remodelou de forma inquestionável o modo como criamos e mantemos relações. A comunicação mediada por computador (CMC) passou a fazer parte do nosso cotidiano e atuar diretamente sobre nossas interações com o outro. Desse modo, novas organizações sociais passaram a surgir dentro das redes, com o intuito de partilhar vivências, assuntos e gostos em comum, além de conectar pessoas em prol de causas que sejam de interesse comum. Qual o futuro das comunidades? Qual o impacto e o papel das mídias digitais nas sociedades humanas? Que benefícios as comunidades físicas podem ter com a utilização das mídias digitais?

Nesse sentido, esta pesquisa tem como finalidade entender como a comunicação mediada por computador pode contribuir para a construção e fortalecimento de lutas e debates contra-hegemônicos. Para isso, analisaremos a Vila Vicentina, comunidade física - situada em Fortaleza, Ceará - que através de comunidades virtuais passou a alcançar relevância e fomentar o debate e resistência contra projetos imobiliários que visam demolir o conjunto de mais de 40 casas para construção de edifícios.

Este artigo foi elaborado através de uma revisão bibliográfica e pesquisa exploratória de vários autores que conceituaram as comunidades físicas, além daqueles que analisaram o comportamento das comunidades dentro dos espaços virtuais. Ademais, o artigo se baseia em um estudo de caso da Vila Vicentina da Estância.

O trabalho está separado em três tópicos. O primeiro traz os conceitos das comunidades físicas; o segundo analisa como surgiram os espaços virtuais, explorando

seus benefícios e como suas características podem configurar-los como comunidade; já no último entenderemos como as comunidades virtuais podem, na prática, atuar como apêndice nas lutas contra-hegemônicas e exemplificar com o caso da Vila Vicentina.

1. As comunidades físicas

As comunidades são organizações e agrupamentos humanos que existem há milhares de anos, variam suas características de acordo com cada povo, cultura e época histórica. Para Bauman (2003), comunidade remete a algo positivo, ela representa aquilo que sentimos falta e precisamos para vivermos seguros e confiantes, sabendo que teremos apoio e suporte emocional e afetivo. Ser parte de uma comunidade, muito mais do que estar juntos, significa partilhar ética, vivências, lutas e demandas em comum. Assim, propósitos podem ser alcançados em conjunto com o apoio de seus semelhantes.

Para Yamamoto (2013, p. 65), “a comunidade é o lugar de origem de todo sujeito ou indivíduo, na medida em que esses emergem como confrontação identitária, pela exclusão daquilo que os constituem (as diferenças)”. Mas diferente de Bauman, o autor contextualiza a comunidade como uma zona também de conflito, destacando Blanchot – um escritor, ensaísta, romancista e crítico de literatura francês que viveu durante o século XX – ao citar que “ao invés de uma instância de apaziguamento, homogeneidade e consenso, Blanchot defende a comunidade como um lugar do conflito, da heterogeneidade e do dissenso” (YAMAMOTO; 2013, p. 65). Isso porque os conceitos e interpretações sobre o que é comunidade são múltiplos, perpassam o tempo e vários autores na área de sociologia, antropologia, filosofia e outros campos do conhecimento se debruçam a estudar esse tema. Problematizar esses conceitos e fazer uma revisão crítica não é o nosso objetivo com esse trabalho, embora entendamos a complexidade e a diversidade do assunto quando se fala no termo comunidade.

É assim, portanto, a comunidade um elemento constituinte da coletividade dos seres humanos, parte da sua constituição histórica e cidadã, essencial para a vida e sobrevivência de qualquer um. Para Yamamoto (2013) a comunidade é, então, algo exterior ao indivíduo, “ele vê esvaziar sua subjetividade e interioridade por um traço que arranca de si [...], obrigando-o a encarar o seu fora” (YAMAMOTO; 2013, p. 67). Embora as comunidades físicas tenham passado por longas mudanças ao longo dos

séculos - especialmente após as revoluções industriais com o surgimento dos meios de comunicação, possibilitando a proximidade entre pessoas de diferentes lugares do planeta - elas ainda permanecem de certa forma conectadas e preservam em certa medida valores e princípios comuns àquele grupo.

No entanto, Bauman (2003) esclarece que uma das características das comunidades é a proximidade, isto é, uma relação forte entre as pessoas que partilham aquele espaço comum, havendo, portanto, uma diferença entre o “nós” (aqueles que fazem parte da comunidade) e o eles (aqueles que estão fora dela). Entretanto, com o surgimento dos meios de comunicação no século XX (rádio, TV e internet) e das mídias digitais no século XXI, essa fronteira entre o espaço comunitário e o restante do mundo vem sendo cada vez mais tênue, sofrendo maiores interferências e reconfigurando a própria maneira como as comunidades se organizam e dialogam com o mundo externo.

Para Brandão e Borges, a comunidade

“desde tempos antigos foi e segue sendo o lugar social arrancado da natureza, ou nela encravado ainda, em que pessoas, famílias e redes de parentes e ‘comuneiros’ reúnem-se para viver suas vidas e dar, entre palavras e gestos, um sentido a ela” (BRANDÃO, BORGES; 2014, p. 2).

Para os autores, a comunidade é o lugar da escolha, onde diferentes grupos se reúnem e vivem de forma mútua, em interdependência. Brandão e Borges ainda dividem as comunidades em tipos diferentes, sendo elas as primitivas (aquelas especialmente denominadas pelos colonizadores, em um sentido “selvagem”), tradicionais, “que a partir de um momento dado como um ‘acontecer presente’ imposto torna-se o lugar dos pobres, dos expropriáveis, dos resistentes, em uma situação de fronteira” (BRANDÃO, BORGES; 2014, p. 3), de exclusão (imigrantes, excluídos da sociedade etc.) e adesão (pessoas que se reúnem voluntariamente para formar comunidades, como as religiosas e *hippies*, por exemplo).

Fica claro, portanto, o caráter dependente que seres humanos têm uns pelos outros e a importância das comunidades ao longo do desenvolvimento da espécie, não só para criar laços, mas também como forma de sobrevivência, uma vez que dificilmente um ser humano sobreviveria sozinho, sem uma rede de apoio e convivência

com outros seres da espécie. Estamos interconectados e essa é uma das nossas características fundamentais. É por isso que “as comunidades favorecem o acesso às informações compartilhadas para que, fazendo uso de suas experiências, formações e valores construídos durante sua vida toda, os indivíduos possam construir novos conhecimentos” (GOZZI, MIZUKAMI; 2008, p. 137).

As comunidades físicas podem se expressar de diferentes formas, desde organizações de bairro, grupos de juventude, pessoas que compartilham de uma mesma religião e assim por diante. Surgem então comunidades católicas, evangélicas, de funk, de rap, de esportes (como vôlei e futebol) e inúmeras outras, especialmente quando estamos falando de grandes cidades, que reúnem milhões de pessoas com visões de mundo e práticas culturais totalmente diferentes.

Um bom exemplo que une comunicação e comunidades físicas são as rádios comunitárias, instrumentos de comunicação popular geridos pelos próprios moradores, que se tornam não só uma ferramenta de transmissão de informações, como também um espaço que agrega os habitantes de determinado território, possibilitando contato direto, trocas de conhecimento e proximidade afetiva entre aqueles que partilham determinado espaço, seja um bairro, complexo de favelas ou um assentamento rural (PERUZZO, 2006).

As rádios comunitárias são experiências de comunicação popular muito fortes e presentes não só no Brasil, como também na América Latina. Esse meio de comunicação é em sua essência sem fins lucrativos, voltado para os interesses de uma determinada comunidade e os moradores participam ativamente no processo de produção de materiais jornalísticos e informativos. Elas são regidas pela lei federal 9.612/98 e são um exemplo primoroso de como a comunicação pode fortalecer comunidades físicas, aproximando as pessoas que vivem nos territórios através das ondas do rádio. No livro “O retorno da comunidade: os novos caminhos do social”, organizado por Raquel Paiva, podemos ver a relevância e importância de uma rádio comunitária em uma localidade, como neste trecho:

[...] a partir da vida comunitária, tem-se a possibilidade da experimentação dos laços e vínculos entre seres humanos e sua história, entre seres humanos e a natureza, entre seres humanos e o cosmo. Talvez o viés mais evidente desta vinculação se mostre em toda a área conectada com a comunicação comunitária. A presença

física da proposta de veículos e processos comunicacionais comunitários tem sido revisitada amplamente, e sempre fazendo cada vez mais sentido [...]. (PAIVA et. al, 2005, p. 136).

Por sua vez, há inúmeros outros modelos de comunidades físicas existentes no Brasil e no mundo, desde povos indígenas em diferentes regiões do país até comunidades urbanas que se organizam em nichos e partilham estilos de vida, modos de se vestir e interpretar a realidade. Embora as comunidades físicas estejam passando por um processo de modificação profunda em suas estruturas – desde o início do século XX com o surgimento de meios de comunicação como rádio e TV, até os dias atuais, em que pessoas estão conectadas umas às outras, independentemente da territorialidade, a partir de mídias digitais e redes sociais – elas ainda são e continuarão muito presentes na vida cotidiana dos seres humanos, uma vez que é dessa maneira que nos organizamos, em comunidades, e que perdura ao longo de séculos da história humana.

As tecnologias digitais abrem novos espaços de diálogo, contato e troca de experiências que nem sempre as comunidades físicas dão conta. Para além de um apêndice às comunidades físicas, as redes sociais podem criar comunidades virtuais que se organizam a partir e através das ferramentas digitais, às vezes sem qualquer contato físico entre as pessoas daquele mesmo grupo, exemplo de comunidades no Facebook ou fóruns *online* de discussões recorrentes. Qual o impacto e o papel das mídias digitais nas sociedades humanas? Que benefícios as comunidades físicas podem ter com a utilização das mídias digitais? São essas questões que tentaremos dar respostas nos próximos tópicos deste artigo.

2. O surgimento das comunidades virtuais

Como explicitado anteriormente, o ser humano, desde a “pré-história”, sempre buscou se organizar em grupos e dessa forma construir comunidades (RECUERO, 2001). Esse modo organizacional acompanhou o ser humano através dos milênios e perdura na sociedade contemporânea. Mas no final do século XX para o início do século XXI surge uma nova ferramenta para modificar toda a forma que nos comunicamos. A internet revoluciona os meios de comunicação e o modo como nos relacionamos, tornando possível conexões nunca antes pensadas. Para o doutor em comunicação social Gil Baptista Ferreira:

De forma abrupta, a dimensão tecnológica da comunicação sobrepôs-se às dimensões humana e social, contribuindo de modo significativo para a complexidade dos processos de comunicação e de interação num mundo moderno já de si incerto (FERREIRA, 2014, p.3/76).

Dessa forma, o mundo que antes se organizava exclusivamente em comunidades físicas, passou a discutir uma nova forma de comunidade. Seria possível que as definições de comunidade - que antes estavam ligadas a existência de um espaço geográfico - se aplicassem também no meio virtual? Essa foi uma das mais efusivas discussões que nasceram junto com a era digital. Ainda no ano de 2001, Recuero escreveu: “[...] a Comunicação Mediada por Computador (CMC) está afetando a sociedade e influenciando a vida das pessoas e a noção de comunidade” (RECUERO, 2001, p. 5).

Os espaços virtuais surgiram como uma maneira de compartilhar ideias e assuntos em comum com pessoas de diferentes lugares, sem barreiras geográficas (PRIMO, 1997). Assim, as redes sociais são formadas de diversos perfis online, onde o objetivo é se conectar com amigos, familiares e desconhecidos em busca de novos vínculos (FERREIRA, 2014). Ainda segundo Gil Ferreira:

Consideramos as redes sociais ambientes online onde as pessoas criam perfis auto-descritivos, a partir dos quais estabelecem ligações com outras pessoas, dentro do mesmo espaço, estabelecendo uma rede de ligações pessoais (FERREIRA, 2014, p.4/77).

Ao citar Rheingold, Alex Primo retoma o conceito de comunidades virtuais formulado pelo autor. Para ele, as comunidades virtuais eram uma forma de alcançar pessoas geograficamente distantes, mas que tivessem interesses em comum e que poderiam compartilhar emoções, sentimentos e ideias. Esse compartilhamento poderia acontecer publicamente dentro de espaços abertos na rede, ou de maneira mais íntima, em salas privadas de bate papo (PRIMO, 1997).

Fernback e Thompson (1995) apontaram o que seria um dos maiores problemas das comunidades em redes, seriam elas totalmente democráticas? A resposta é não (PRIMO, 1997). Embora atualmente haja uma grande disseminação dos meios tecnológicos e os dispositivos móveis sejam praticamente indispensáveis em meio à revolução tecnológica, nem todos os indivíduos têm acesso à tecnologia ou são letrados e têm a capacidade de entender os signos dispostos em redes. Nessa

perspectiva “Não se pode, porém supor que as comunidades virtuais sejam agregações redentoras, que venham trazer soluções para os problemas do mundo contemporâneo. Como qualquer outra comunidade, as virtuais apresentam qualidades e problemas” (PRIMO, 1997, p.14).

Muitas vezes, a inserção das comunidades em um meio virtual igualitário, que efetive e amplie as suas causas, não é possível. Dentro de uma mídia dominada pela lógica de mercado e pela hegemonia excludente dos grandes veículos comunicativos, as oportunidades estão longe de ser as mesmas. Comunidades e causas que precisam de visibilidade podem ficar no escuro por anos, invisibilizadas pelo oceano de informações e pela estrutura hegemônica que já domina esses meios. Do ponto de vista da reflexão teórica, entretanto, cabe explorar as potencialidades e os benefícios dessa primeira via, na qual as comunidades conseguem seus espaços no ambiente das instituições comunicativas (RIBEIRO, 2004).

É nesse cenário que se delinea uma sociedade cada vez mais globalizada. Com a queda da influência de instituições mais tradicionais, como as familiares e educacionais, surge o papel socializador das instituições de comunicação (Paiva, 2005). As instituições de comunicação são locais de formação de identidade, reconhecimento comum e cidadania - há de se considerar a medida em que constituem comunidades: reúnem um público comum que partilha de conhecimentos, valores e práticas em comum (RIBEIRO, 2004).

Pela crescente sofisticação tecnológica, a atuação das instituições de comunicação é muito ampla, e abrange desde o mais particular da vida individual, até os dilemas de todos os tipos de organizações públicas e privadas (RIBEIRO, 2004).

Para Ribeiro, o Estado perdeu o controle desse papel mediador com a globalização:

O Estado, porém, já não tem o domínio político sobre as interferências da globalização, nem sobre a perda de identidade entre os indivíduos. Perdeu sua capacidade de integrar, regular e de conduzir um projeto democrático de vida social. O mercado também não tem relação direta com as demandas de natureza social, é regido pela concorrência, é desequilibrado e desigualitário (RIBEIRO, 2004, p. 2)

Diante disso, cabe às instituições de comunicação gerar ambientes de reflexividade que fazem uma fonte comunitarista com a esfera da vida cotidiana (RIBEIRO, 2004).

Sobre isso, o sociólogo britânico-jamaicano Stuart Hall reflete especificamente sobre o papel e a força das comunidades como elementos de resistência, oposição e alternativa ao poder hegemônico das grandes corporações (HALL, 2003). E é nos espaços virtuais que essas comunidades minoritárias podem lutar em busca da ampliação de suas vozes e do seu movimento. Para o professor, doutor em sociologia Leonardo Ribeiro da Cruz:

Segmentos da sociedade que buscam uma voz em meio a essa própria sociedade, encontraram na Internet essa democracia techno-comunicacional. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o Exército Zapatista de Libertação Nacional, o Greenpeace, o Movimento Anarcopunk de São Paulo, todos estes e mais milhões de vozes encontraram, na web, um espaço de comunicação, exposição e críticas de ideias. (CRUZ, 2004; p. 5)

O papel mediador da mídia se mostra mais forte na comunicação minoritária. Uma vez que as instituições de comunicação também vêm obedecendo à lógica mercadológica, a qual permite que apenas uma parcela extremamente restrita das populações virtuais emitam suas vozes. As comunidades formadas pelas minorias - étnicas, de gênero, entre outras - devem lutar por esses espaços também (PAIVA, 2005). Podemos entender um pouco da importância do papel mediador da mídia, que se efetiva dentro das comunidades virtuais, através da fala da doutora em ciências da comunicação Inês Albuquerque Amaral:

As comunidades virtuais têm existência com base nas Comunicações Mediadas por Computador. Estas ferramentas dão existência à visão de McLuhan de “aldeia global” – as limitações de tempo e de espaço são transcendidas. Nas comunidades virtuais verifica-se uma proximidade intelectual e emocional versus território físico e geográfico, que aproxima muitas vezes as comunidades tradicionais. Há sempre um interesse comum, mesmo na comunidade mais heterogênea. (AMARAL, 2007, p.4).

Os papéis mediadores se modificaram ao longo dos séculos, hoje cabe à mídia atuar direta e indiretamente na vida e no cotidiano da sociedade, mas muito mais que isso, cabe às mídias que atuam dentro dos espaços virtuais, amplificar vozes que por muitos anos foram silenciadas. É dever das comunidades virtuais, através da união e

solidariedade, levantar causas de interesse público e de populações marginalizadas. Um dos exemplos de comunidades virtuais que atuam em prol das minorias e em movimentos contra-hegemônicos é a Vila Vicentina, nosso objeto de estudo que será melhor apresentado no tópico a seguir.

3. A resistência Vila Vicentina

Com 40 casas, localizada no bairro Dionísio Torres, a comunidade Vila Vicentina da Estância foi construída em 1938, idealizada para fins filantrópicos de abrigar pessoas de baixa renda.

Cercada, atualmente, por prédios, a Vila Vicentina é uma das construções mais antigas do Bairro Dionísio Torres. Na contramão da instalação de conjuntos habitacionais periféricos em bairros dormitórios ou gasto excessivo com aluguel, a Vila Vicentina da Estância encontra-se em uma região, hoje, central. Segundo o secretário do Conselho Metropolitano IX Mestres e Conselheiros Agentes Multiplicadores do Patrimônio Belo Horizonte/MG de 21 a 23/06/2017, da Sociedade São Vicente de Paula, é cobrado de cada uma das 42 famílias um aluguel de R\$ 40 001. O bairro onde se localiza a vila, Dionísio Torres, conta, atualmente, com 4.800 domicílios particulares permanentes, uma população da ordem de 15.600 habitantes, e renda média é estimada em torno de R\$ 2.700,00 (DUARTE et al, 2017).

Figura 1 - Reunião de moradores da Vila Vicentina



Fonte: Liga Experimental- Agência experimental de comunicação da UFC

Por possuir uma localização cobiçada e pela gentrificação⁶ crescente do bairro, os moradores passaram a sofrer assédios constantes de imobiliárias e construtoras para que deixassem o local. Acontece que a vila está localizada em uma Zona Especial de

⁶ Gentrificação é um processo de transformação de centros urbanos por meio da mudança dos grupos sociais ali existentes, onde sai a comunidade de baixa renda e entram moradores das camadas mais ricas. O fenômeno decorre da revitalização urbana, em que espaços até então marginalizados passam a ser vistos com potencial por determinados grupos sociais e econômicos. Isto faz com que haja aumento do custo de vida no bairro, e por consequência, afasta seus moradores tradicionais.

Interesse Social- ZEIS tipo 1⁷, conforme determinado pelo Plano Diretor Participativo de Fortaleza (lei 062/2009). Sendo a ZEIS 1 de ocupação, a área está protegida para regularização fundiária da comunidade que lá habita através de um plano integrado de regularização fundiária (LEITE, 2017). Contudo, como visto, apesar desse reconhecimento legal da Vila como ZEIS, a comunidade não recebia assistência alguma, e sua necessidade por proteção contra as empresas era ignorada pelo governo.

A Vila era, portanto, uma comunidade com questões que abrangiam desde a negligência na implementação dos marcos normativos da política urbana até a constatação de ilegalidades identificadas. A exemplo disso, em outubro de 2016 ocorreu a demolição ilegal de 12 (doze) casas da Vila mediante mandado prévio, apesar de a comunidade estar assegurada como ZEIS de ocupação, como já mencionado.

Em setembro de 2015, a Secretaria Regional II concedeu ao proprietário (Sociedade São Vicente de Paulo) documento autorizando a demolição das casas, porém essa autorização foi revogada pois o responsável pelo terreno não cumpriu com termo de compromisso firmado junto à Prefeitura Municipal de Fortaleza. Ressalta-se que a demolição ocorreu sem acompanhamento de técnico responsável (LEITE, 2017, p. 9).

Em 2016, os moradores organizaram, então, a Resistência Vila Vicentina para preservar suas moradias e a memória coletiva do local, inserindo o movimento nas redes sociais por meio do Facebook. Com essa migração da comunidade às mídias, a Vila e sua luta por proteção ganharam mais visibilidade. Diversas pessoas e entidades juntaram-se e expandiram o movimento. Surgia ali um novo tipo de comunidade Vila Vicentina. Com toda a mobilização gerada, a comunidade alcançou o Tombamento Histórico Provisório, que assegura certa proteção à comunidade. A luta pelo tombamento definitivo continua e a comunidade virtual que foi criada exerce papel fundamental nessa jornada, engajando, hoje, cerca de 1700 seguidores orgânicos.

⁷ As Zonas Especiais de Interesse Social são porções do território destinadas, predominantemente, à moradia digna para a população da baixa renda por intermédio de melhorias urbanísticas, recuperação ambiental e regularização fundiária de assentamentos precários e irregulares, a serem dotadas de equipamentos sociais, infraestruturas, áreas verdes e comércios e serviços locais, situadas na zona urbana. As ZEIS tipo 1 são demarcadas em áreas com assentamentos precários e informais que podem ser consolidados e precisam ser urbanizados e regularizados do ponto de vista fundiário. Muitas dessas ZEIS 1 possuem áreas de risco, que devem ser solucionadas, e se localizam em áreas de interesse ambiental, que devem ser recuperadas.

Para evitar a retirada de mais moradores e demolição das demais casas, foi solicitado ainda no ano de 2016 o tombamento provisório (que tem os mesmos efeitos do tombamento definitivo) junto à Secretaria da Cultura de Fortaleza (SECULTFOR). Com o tombamento provisório, o grupo denominado resistência Vila Vicentina – formada pelos moradores que lutam pela permanência - ganhou fôlego e passou a promover uma série de oficinas no local (oficina de dança de salão, bordado, jogos e outros) para garantir visibilidade à questão. (LEITE, 2017, p. 9)

Figura 2 - Moradora da Vila Vicentina com uma camisa confeccionada escrito “Resistência Vila Vicentina”



Fonte: Liga Experimental- Agência experimental de publicidade da UFC

Desse modo, pode-se observar a inserção de uma comunidade física, que antes tinha suas demandas negligenciada pelo governo e seus aparatos legais, em um meio onde as mediadoras são as instituições de comunicação. Essa inserção possibilitou a expansão das causas da Vila Vicentina e suas respectivas resoluções. Constata-se, pois, a grande importância de um fazer comunicativo mais integrativo e abrangente, que abrace as diversas causas encobertas pela grande mídia, e se estenda até as quinças sociais mais estreitas e escondidas. Apenas assim, de acordo com Bauman (2003), só assim se pode atingir a “universalidade da cidadania” e se conformar uma “humanidade em comum”. A universalidade da humanidade não se opõe ao pluralismo das formas de vida humana: mas o teste de uma verdadeira humanidade universal é sua capacidade de dar espaço ao pluralismo e permitir que o pluralismo sirva à causa da humanidade (RIBEIRO, 2004, p. 75).

CONCLUSÃO

Em um mundo cada vez mais globalizado, o Estado perdeu seu posto de mediador das dinâmicas sociais para a famigerada, e onipresente, mídia. Nesse cenário de ampliação dos meios de comunicação, as comunidades, grupos de pessoas antes reunidas fisicamente por demandas e éticas em comum, também migraram para as redes. Com isso, as causas foram ampliadas e vozes foram ouvidas.

A ampliação da comunicação para além da grande mídia é, portanto, essencial na efetivação de diversas demandas sociais, organizadas na forma de comunidades virtuais, uma vez que essas demandas passam a ser mediadas pelas instituições de comunicação: entidades que têm elevado potencial de expansão e conexão. Com as comunidades físicas que migraram para o virtual, essa comunicação alternativa à hegemonia é ainda mais necessária, haja vista a possibilidade de ampliação das suas lutas, antes restritas à boa vontade da ouvidoria do governo.

Com o que foi explicitado neste artigo, é notório que a chegada da internet aflorou inúmeros debates acerca das problemáticas presentes no mundo virtual. Cabe aos interessados no assunto ampliar ainda mais essa discussão. Entretanto, a presente pesquisa tem como principal interesse entender a atuação das comunidades virtuais e concluímos que existem diversos pontos positivos, como a conexão com pessoas em diversas partes do mundo e o fortalecimento de comunidades físicas através do engajamento nas redes. Desse modo, as comunidades virtuais se tornam essenciais para a abertura de novos debates sociais e políticos e para a modificação da realidade presente em comunidades físicas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, I. A. Ciberespaço: a reinvenção do conceito de comunidade. Caderno de **Estudos Mediáticos**, 5ª edição, 13 - 21. 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/270892779_Ciberespaco_a_reinvencao_do_conceito_de_comunidade. Acesso em: 24 de out. de 2021

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: A busca por segurança no mundo atual*. RJ: Jorge Zahar Ed., 2003.

BRANDAO, C. R.; BORGES, Maristela Corrêa. O lugar da vida - Comunidade e Comunidade Tradicional. **Campo - Território**, v. 9, p. 1-23, 2014. Disponível em:

<https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/brandao%20o%20lugar%20da%20v.pdf>. Acesso em: 10 de nov. de 2021.

CRUZ, L. R. **Ciberespaço e Contestação Política**: o caso do Centro de Mídia Independente (CMI). 2004. Disponível em
<<https://www.monografias.com/pt/trabalhos/ciberespaco-contestacao-centro-midia-independente/ciberespaco-contestacao-centro-midia-independente.shtml>>:
Acesso em: 01 de nov. de 2021.

DUARTE JR., Romeu. **Contribuição técnica ao tombamento municipal da Vila Vicentina da Estância**, em Fortaleza-CE. Fortaleza: [s.n.], 2017. 57 p

FERREIRA, G. B. **Rostos do Facebook** - a formação da identidade nas redes sociais. EXEDRA - REVISTA CIENTÍFICA ESEC, Nº 9 de 2014 – Comunicação e Ciências Empresariais p. 75-84, set, 2014. Disponível em:
<<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6498997.pdf>>. Acesso em: 28 de out. de 2021

FERNBACK, Jan e THOMPSON, Brad. **Virtual communities**: Abort, retry, failure? Manuscrito eletrônico: [http://www. Well.com/user/hlr/texts/Vccivil.html](http://www.Well.com/user/hlr/texts/Vccivil.html). 1995.

GOZZI, MARCELO PUPIM; MIZUKAMI, M. G. N. Comunidade virtual versus comunidade presencial? Uma visão em quatro dimensões. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 6, p. 135-152, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpr.edu.br/rt/article/view/2516>. Acesso em: 08 de nov. de 2021.

HALL, Stuart. **Diáspora- Identidades e mediações culturais**. SOVIK, Liv (org.) Belo Horizonte, Ed. UFMG/ Brasília, Unesco, 2003.

LEITE, KELMA PINHEIRO. TOMBAMENTO DA VILA VICENTINA DA ESTÂNCIA. **In**: Anais do IX Mestres e Conselheiros - Agentes Multiplicadores do Patrimônio. Anais... Belo Horizonte(MG) CAD II - UFMG, 2017. Disponível em:
<<https://www.even3.com.br/anais/mestreseconselheiros2017/51338-TOMBAMENTO-DA-VILA-VICENTINA-DA-ESTANCIA>>. Acesso em: 06/07/2022 12:49

PAIVA, R. A. S. **Comunicação e cultura das minorias**, Edição 2º, Rio de Janeiro - RJ: Paulus Editora, 2005.

PERUZZO, C.M.K. Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária. **In:** XXIX Congresso Brasileiro de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2006, Brasília. XXIX Congresso INTERCOM. São Paulo: Intercom, 2006. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf>. Acesso em: 28 de out. de 2021.

PRIMO, A. F. T. A emergência das comunidades virtuais. **In:** Intercom 1997 - XX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 1997, Santos. Anais... Santos, 1997. Disponível em: <http://www.pesquisando.atraves-da.net/comunidades_virtuais.pdf>. Acesso em: 30 de out. 2021

RECUERO, R. C. COMUNIDADES VIRTUAIS - uma abordagem teórica. Trabalho apresentado no **V Seminário Internacional de Comunicação**, no GT de Comunicação e Tecnologia das Mídias, promovido pela PUC/RS, Porto Alegre-RS, 2001. Acesso em: 03 de nov. de 2021.

RIBEIRO, L. M. Comunicação e Comunidade; Teoria e Método. **In:** XIII Encontro Anual da COMPÓS - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação, 2004, São Bernardo do Campo - SP. Anais da XIII COMPÓS - 2004, 2004. v. CD-ROM.

SOARES, R. P. A. *O Retorno da Comunidade: os novos caminhos do social*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. v. 1. 198p.

YAMAMOTO, E. Y. A comunidade dos contemporâneos. **Galaxia** (São Paulo, *Online*), n. 26, p. 60-71, dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/13837>. Acesso em: 11 de nov. de 2021.